

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE PEDAGOGIA
2008
Catálogo 2011**

Coordenadora:

Profa. Dra. Maria Márcia Sigrist Malavasi

Coordenadora Associada:

Profa. Dra. Norma Sandra de Almeida Ferreira

AGOSTO DE 2010

(2008)

DIRETOR

Prof. Dr. Jorge Megid Neto

DIRETORA ASSOCIADA

Profa. Dra. Regina Maria de Souza

COMISSÃO DE PEDAGOGIA:

Profa. Dra. Ângela Fátima Soligo – Coordenadora

Profa. Dra. Maria Márcia Sigrist Malavasi – Coordenadora Associada

Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria – Representante DECISE

Profa. Dra. Anna Regina Lanner de Moura – Representante DEPRAC

Prof. Dr. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda – Representante DELART

Profa. Dra. Rosely Palermo Brenelli – Representante DEPE

Prof. Dr. Sílvio Ancizar Sanches Gamboa – Representante DEFHE

Prof. Dr. Zacarias Pereira Borges – Representante DEPASE

Débora Imada de Jesus – Representante Discente

Luciane Grandin – Pedagoga da Coordenação de Graduação

GT – REFORMULAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA:

Prof. Dr. Guilherme do Val Toledo Prado – DEPRAC

Profa. Dra. Ivany Rodrigues Pino – DECISE

Profa. Dra. Márcia Maria Strazzacappa Hernandez - DELART

Prof. Dr. Pedro Ganzeli - DEPASE

Profa. Dra. Telma Pileggi Vinha - DEPE

(Mais todos os membros da Comissão de Pedagogia)

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO FINAL:

Profa. Dra. Ângela Fátima Soligo (Coordenadora de Pedagogia)

Profa. Dra. Maria Márcia Sigrist Malavasi (Coordenadora Associada de Pedagogia)

Luciane Grandin (Mestranda em Educação e Pedagoga da Coordenação de Graduação)

Luana Costa Almeida (Mestranda em Educação)

SUMÁRIO

1. Curso de Pedagogia: História e Identidade.....	04
1.1. Surgimento do curso de Pedagogia no contexto nacional.....	05
1.2. As Faculdades de Educação como lócus na formação do pedagogo.....	07
1.3. O Movimento dos Educadores nos debates para definição do curso.....	08
1.4. O reflexo das discussões do Movimento dos Educadores nas IES.....	13
1.5. As legislações que regulamentam a formação do pedagogo: duas legislações, duas concepções?.....	13
2. Curso de Pedagogia da FE / Unicamp.....	17
3. As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia e as demandas para o atual currículo.....	19
4. Proposta curricular do curso de Pedagogia.....	22
4.1. Perfil do profissional.....	22
4.2. Integralização.....	22
4.3. Conhecimentos teóricos e práticos e compromissos esperados para o profissional pedagogo.....	23
5. Disciplinas e Grade curricular.....	26

1. CURSO DE PEDAGOGIA: HISTÓRIA E IDENTIDADE¹

A preocupação com a formação dos educadores no interior do curso de pedagogia é alvo de reflexão e investigação de muitos estudiosos da área (Fávero, 1987; Gadotti e Pino, 1979; Franco e Ballesta, 1979; Freitas, 2002; Brzezinski, 1996 e Silva, 2003), não sendo poucas as críticas e propostas de reformulação para tais cursos, já que a complexidade da identidade desse profissional acarreta diferentes propostas de formação, segundo os diferentes entendimentos da especificidade do profissional formado.

O curso de Pedagogia, desde sua criação e no decorrer de sua história (no Brasil), é marcado pela incerteza quanto à sua finalidade e, dessa forma, pela incerteza de que profissional deveria formar: deveria ocupar-se da formação de professores (magistério)? Deveria ocupar-se da formação de especialistas (curso técnico)? Deveria ocupar-se da formação de professores e de especialistas (habilitações)? Ou deveria ocupar-se da formação de professores/especialistas (educadores cuja base da formação é a docência)?

Em decorrência dessa incerteza, muitas foram as propostas e implementações desde sua criação na década de 1930 até os dias atuais, sendo a conformação das políticas de Formação dos Profissionais da Educação, em nosso país, entendida como o resultado do embate entre duas forças. A primeira delas, denominada Poder Instituído, baseia-se em conceitos como capacitação em serviço, treinamento dos professores e formação de especialistas voltados para a necessidade do mercado de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade; é representada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE). A segunda diz respeito aos Movimentos dos Educadores e se apóia nos conceitos de escola como instituição social, lugar de produção de conhecimentos historicamente construídos, em sua relação com a sociedade, seu papel social entendido como um ato político, sendo o educador um agente transformador da realidade; é representada por organizações de grupos de educadores em torno das políticas de formação. Essas instâncias representativas passam por três momentos organizacionais com características

¹ Os itens 1 e 2 deste Projeto fazem parte do texto da dissertação, em andamento, da mestranda Luana Costa Almeida, sob orientação da Profa. Dra. Maria Márcia S. Malavasi, coordenadora

diferenciadas: Comitê Nacional Pró-Formação do Educador (1980 a 1983), Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (Conarcfe – 1983 a 1990) e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope – 1990 até os dias atuais).²

É através dessas duas forças e de suas conquistas e retrocessos que os cursos de pedagogia, assim como a atuação profissional e formação esperada desses cursos vão sendo forjadas nacionalmente (através de implementações legais) e pontualmente (dentro dos cursos e Faculdades de Educação), no contexto educacional brasileiro.

1.1) Surgimento do curso de Pedagogia no contexto nacional

O curso de Pedagogia tem sua origem na seção de pedagogia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil através do decreto-lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939.

Na ocasião o curso foi estruturado pelo chamado “esquema 3+1”³, em que a formação do bacharel se dava em 3 anos e do licenciado com o acréscimo de mais 1 ano dedicado às disciplinas de didática.

Em decorrência desta divisão entre a formação do bacharel e do licenciado, em que a compreensão da licenciatura estava fundamentalmente ligada à pura aquisição de métodos vinculados às disciplinas de didática, podemos perceber, já em momento de sua criação, uma fragmentação dentro da proposta de formação e uma indefinição acerca da formação propiciada pelo curso de pedagogia. Conforme ressalta Silva,

Em sua própria gênese, o curso de pedagogia já revelava muitos dos problemas que o acompanharam ao longo do tempo. Criou um bacharel em pedagogia sem apresentar elementos que pudessem auxiliar na caracterização desse novo profissional. Dentre as finalidades definidas para a faculdade Nacional de Filosofia é possível reconhecer a que é dirigida ao bacharel em geral. É a que se refere ao preparo de “trabalhadores intelectuais para o exercício das altas

associada da Pedagogia.

² Diferenciação apontada por Coutinho (2002).

³ Segundo Brezezinski (1996), o sistema de formação de professores proposto pelo Decreto-lei 1.190/39 passou para a história dos estudos pedagógicos em nível superior com a denominação “esquema 3+1”.

atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica' (artigo 1º, alínea a). Mais adiante, ao tratar das regalias conferidas pelos diplomas, o decreto-lei 1.190/39 refere-se especificamente ao bacharel em pedagogia, determinando que, a partir de 1º de janeiro de 1934, houvesse exigência dessa diplomação para preenchimento dos cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação (artigo 51, alínea c). Mas, nos dois casos, a referência é muito vaga para a identificação de um profissional criado naquele momento e que não possuía ainda suas funções definidas na medida em que não dispunha de um campo profissional que o demandasse. (2002: 12)

O curso permaneceu orientado por este decreto-lei até a década de 1960, sendo o "esquema 3+1" reforçado por nova regulamentação contida no Parecer 251/1962, decorrente dos postulados da Lei no. 4.024/1961, que estabeleceu o currículo mínimo do curso de pedagogia.

Durante o período de recuperação econômica (iniciado com o golpe militar de 1964), seguiu-se a fase da retomada da expansão com grande desenvolvimento do setor industrial, acentuando-se a divisão social do trabalho e a necessidade de formação de mão-de-obra qualificada.

A educação emerge, neste momento, como área estratégica, já que era através dela que ocorreria esta formação de mão-de-obra, propondo-se para ela uma série de medidas de médio e longo alcance. Essas medidas se materializaram nas leis que alteravam a forma de organização e estruturação da educação brasileira: Lei 5.540/68, que normatizou o funcionamento do ensino superior e a Lei 5.692/71, que reestruturou a educação básica.

Neste contexto de reformulação do ensino para adequação às necessidades impostas pelo modelo econômico vigente (desenvolvimentista / tecnicista), surgem as Faculdades de Educação.

1.2) As Faculdades de Educação como lócus na formação do pedagogo

Nascidas do processo de desarticulação das Faculdades de Filosofia e Letras, que se subdividiram em vários institutos e faculdades e tendo o curso de pedagogia como unidade nuclear, as Faculdades de Educação surgem das seções de pedagogia. (Freitas, 1996)

A dinâmica da estrutura da Faculdade de Educação foi definida pelo Parecer 252/1969 e pela Resolução 2/1969. Estes documentos regulamentaram o conteúdo e o período de duração dos cursos de pedagogia, definindo as disciplinas obrigatórias da parte comum e a parte diversificada do curso.

Dentro dessas faculdades o curso de Pedagogia foi construído de forma fragmentada, sendo organizado por diferentes departamentos e por disciplinas dadas de forma independente, dentro de uma visão unilateral em cada uma delas.

O modelo tecnicista de formação de professores e de especialistas mantinha a coerência tecnicista, já que fragmentava as tarefas dos profissionais na escola como ocorre na fábrica, consonantemente à própria divisão do trabalho nas sociedades capitalistas (Freitas, 1996: 76)

Nos cursos oferecidos, acentuava-se a dicotomia e fragmentação já existente para a formação do educador. Tratava-se da formação de professores e de técnicos, sendo as Faculdades de Educação o lócus para a formação desse técnico, agora chamado especialista. É, portanto, nesta lógica de divisão do trabalho do pedagogo que surgem as habilitações.

Com a predominância das habilitações dentro do curso de Pedagogia, acentua-se a separação entre o trabalho de elaboração – especialistas – e o de execução – professores.

Em síntese, a reforma universitária, durante o governo militar, reformulou o curso de pedagogia pelo parecer 252/1969, provocando mudanças estruturais que aprofundaram ainda mais a indefinição de sua identidade ao fragmentar a

formação do pedagogo em habilitações técnicas efetivadas na graduação. (Brezezinski, 1996: 78)

Os questionamentos a esse modelo opunham-se a uma lógica de formação de profissionais por meio de estudos sobre técnicas e métodos de educação de forma acrítica, que originavam uma atuação profissional (trabalho pedagógico) fragmentada; questionavam, também a implementações arbitrárias, advindas do poder instituído.

Em decorrência do “pacote pedagógico” que surgia como proposta para formação do pedagogo, vê-se ganhar força o movimento dos educadores que opunham resistência ao poder instituído, em especial do CFE (Conselho Federal de Educação). Este “pacote” era constituído pelas Indicações 67/1975 e 70/1976, que discutiram sobre os estudos superiores em educação, pretendendo inserir mudanças nos cursos de formação do magistério e pelas Indicações 68/1975 e 71/1976 que complementavam as anteriores.

1.3) O Movimento dos Educadores nos debates para definição do curso

A partir desse histórico e preocupados com o rumo da formação dos educadores no Brasil, começa-se a debater, desde o final de 1970, a identidade do pedagogo, “identidade fragmentada por um currículo e por uma profissionalização insatisfatória para realizar uma tarefa efetivamente educativa”. (Scheibel e Aguiar, 1999)

Segundo esclarece Silva,

Foi no final da década de 1970, a partir da notícia de que as indicações sustadas começavam a ser reativadas pelo MEC, que professores e estudantes universitários se organizaram para controlar o processo de reforma dos cursos de formação de educadores no Brasil, através de movimentos que perduram até nossos dias.

(...)

No que se refere ao curso de pedagogia, o I Seminário de Educação Brasileira realizado na Universidade de Campinas, em 1978, constituiu-se numa oportunidade para iniciar-se uma

reação mais organizada no intuito de se pensar conjuntamente os estudos pedagógicos em nível superior. (2002: 62)

Havia a necessidade de os educadores se mobilizarem em âmbito nacional para uma ampla discussão a respeito da formação do educador, porém apenas a partir de 1980, quando o MEC pretendia retomar a matéria a partir das Indicações CFE de no. 67/75 e no. 70/76, é que os educadores movimentaram-se para desencadear a mobilização em nível nacional.

Na I Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC de São Paulo, foi criado o “Comitê Nacional Pró-reformulação”, formado por integrantes originários de vários pontos do país e com atuação nacional através dos comitês regionais.

As Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) passaram a representar a possibilidade concreta de os educadores tomarem para si os rumos das discussões e políticas educacionais para o setor. Elas foram co-promovidas pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes)⁴.

Dada as formas de organização e mobilização, o Comitê Nacional funcionou inicialmente como núcleo irradiador dos objetivos do movimento, mas este movimento se configurava como um movimento de bases, visto que dependia das bases regionais e estaduais.

A identidade pretendida pelo movimento não era o que era proposto pela legislação em momento da criação do curso, nem a que vinha sendo construída nas legislações criadas de forma autoritária. A identidade do curso de pedagogia necessitava ser construída e para isso havia também a necessidade de divulgação e ampliação das discussões acerca dessa identidade (formação do pedagogo).

O processo natural de amadurecimento dos estudos e das experiências vividas pelas instituições, até então, indicava que

⁴ As duas primeiras CBEs contaram com a co-promoção do Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC).

havia um longo caminho a percorrer para propor reformulações curriculares, mas ao mesmo tempo os educadores estavam ameaçados por uma proposta que poderia advir dos gabinetes do ministério, após consultas a 'especialistas' e 'autoridades'. (Brezezinski, 1996: 122)

Com a amplitude das discussões e a necessidade de se pensar em proposições diretas para a reformulação do curso, em 1983 foi formada a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de formação dos Educadores (Conarcfe) em substituição ao Comitê, criado em 1980.

Neste mesmo encontro de 1983, em Belo Horizonte, surgiu a discussão sobre a base comum nacional, que permanece até hoje como proposta para a formação dos educadores e que prevê a docência como base da formação de todo educador.

A idéia de base comum nacional origina-se na formulação de princípios no I Encontro Nacional, em Belo Horizonte (1983). Essa base se insurgia contra a formação do pedagogo apenas especialista sem que se formasse professor. (...) ela [a base comum nacional] mostra a resistência do movimento ao currículo mínimo fixado pelo CFE e nega a idéia de um elenco de disciplinas, que poderia restringir essa definição a um rol de matérias que se agrupariam num núcleo comum de conhecimentos básicos de formação do educador. (Brezezinski, 1996: 122)

No II Encontro Nacional, em 1986, a discussão sobre a base comum nacional é ampliada, elucidando melhor suas concepções e as conseqüências de sua aceitação por parte dos educadores. Define-se que a base comum nacional deverá abranger três dimensões:

- a) a dimensão profissional que define a docência como base da formação do educador quando afirma que "como professores, devemos confluir num certo saber e num certo fazer";
- b) a dimensão política que aponta para a necessidade de os profissionais do ensino estarem capacitados para repensar e recriar a relação teoria-prática, entender as relações

educação-sociedade e o seu papel na sociedade, “comprometidos com a superação das desigualdades”; e

c) a dimensão epistemológica que “remete à natureza dos profissionais da escola, instituição necessária à transmissão e à elaboração de um saber, onde o científico deve ter um espaço privilegiado”. (Conarce 1988, apud Freitas 1996:69)

Ainda nesse encontro, retomam-se algumas discussões acerca da identidade do curso de Pedagogia, entretanto, em decorrência da ênfase na questão das habilitações, naquele momento não foi possível fazer o estudo detalhado do curso de Pedagogia propriamente expresso em sua totalidade, retardando a discussão da especificidade desse curso, que é tratado pelo movimento como uma licenciatura, sem deixar de lado seu papel na construção da ciência da educação.

Segundo Freitas (1996), o movimento, a esta altura, passa a demarcar as diferenças existentes entre a questão da identidade do curso - “a política científica para a área” - e a discussão sobre a extinção ou manutenção das habilitações - “a política profissional para o pedagogo”.

O IV Encontro Nacional⁵, em 1989, reafirmou os princípios gerais do movimento e avançou na formulação de outros dois princípios:

- a) os cursos de formação do educador deverão estruturar-se de forma a propiciar o trabalho interdisciplinar e a iniciação científica no campo da pesquisa em educação;
- b) paralelamente à política profissional haverá o desenvolvimento de uma política científica que permita aos discentes o envolvimento significativo com a iniciação científica no campo da pesquisa em ensino. (Conarce 1989, apud Freitas 1996:70)

O V Encontro, realizado em 1990, foi o local principal de discussão da questão do trabalho docente como base da formação do pedagogo. Isso se deve ao surgimento de divergências em relação à identidade da pedagogia, que giravam em torno de duas concepções: a primeira, que afirmava que o objeto de

⁵ O III Encontro Nacional realizou-se em agosto de 1988, durante a V CBE em Brasília e teve um trabalho apenas organizativo.

estudo da pedagogia seria a educação formal em ambiente escolar; e a segunda, que coloca este objeto como a educação em qualquer ambiente social em que ela ocorra (Freitas, 1996). Apontava-se ainda a crítica à fragmentação dentro das próprias Faculdades de Educação, que eram organizadas em departamentos.

Este encontro marcou um momento importante no movimento dos educadores, pois nele foram aclaradas e reafirmadas todas as tendências de reformulações curriculares, como também foi criada a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) em substituição à Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (Conarcfe) criada em 1983.

Essa Associação teve seus objetivos redimensionados com a promoção de estudos, a serem considerados como referenciais para as reformulações dos cursos de formação dos profissionais da educação.

O VI Encontro, realizado em 1992, avança para a formulação de uma proposta concreta para uma política de formação do profissional da educação. Esta proposta, segundo Freitas (1996), rompe com a tendência do movimento de não sugerir alternativas para a organização das agências de formação do profissional da educação, apresentando uma estrutura que coloca nas Faculdades de Educação o lugar onde deve ocorrer essa formação.

Os princípios apresentados pela Anfope para a reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação incluíram princípios como: a contextualização da educação e compromisso com a mudança, na direção de relações sociais mais democráticas e igualitárias; o compromisso do Estado com a educação pública de qualidade; a valorização do trabalho docente; a docência como base comum nacional da formação em Pedagogia; o trabalho interdisciplinar e articulado, a pesquisa com constituinte da identidade do pedagogo; a indissociabilidade teoria-prática; a gestão democrática; a autonomia universitária.

1.4) O reflexo das discussões do movimento dos educadores nas IES

Em meados da década de 1980, os cursos de Pedagogia de Universidades comprometidos com as reflexões acerca da formação dos profissionais da educação passaram a apresentar modificações em seus currículos de modo a abranger a formação do educador e dos professores de primeira a quarta séries e educação infantil.

Entretanto, foi durante a década de 1990 que houve um maior incremento das reformulações e algumas Faculdades de Educação Públicas protagonizaram propostas de reformulação dos cursos de Pedagogia fundamentadas nos princípios da ANFOPE (Brzezinski, 1995)

Entre as universidades que apresentaram tais discussões e reformulações, podemos citar as propostas da Universidade Federal Fluminense (1994), da Universidade Federal de Minas Gerais (1996), da Universidade Federal de Mato Grosso (1994) e da Universidade Estadual de Campinas (1992 e 1997).

Em relação especificamente à organização curricular do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp e em todo o processo de reformulação pelo qual passou o curso (principalmente em 1992 e 1997) a adesão à tendência citada por Brzezinski pode ser visualizada.

1.5) As legislações que regulamentam a formação do pedagogo: duas legislações - duas concepções?

Na perspectiva legal, temos duas legislações que orientam nacionalmente a formação do pedagogo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96) e o Parecer que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia de 2005 (CNE/CP no 5/2005), as quais, curiosamente, evidenciam concepções diferenciadas para a formação do pedagogo e que, acrescidas dos Referenciais para a formação de professores e pelo Plano Nacional de Educação (que contém parte que trata exclusivamente da

formação de professores), vão definindo os parâmetros para a educação e especificando a formação dos profissionais necessários a esta.

Em 1996, ocorreu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que seguiu por caminhos tortuosos e conflitantes entre o Poder Instituído e o Movimento dos Educadores⁶, acirrando os debates em torno da formação dos profissionais da educação.

A LDB de 1996 reforçou a dicotomia entre professores e especialistas e tirou dos cursos de Pedagogia e das Faculdades de Educação o lócus para a formação do professor para a Educação Infantil e para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Tendo em vista o que definiu {a Lei 9394/96}, em seu TÍTULO VI DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO encontra-se:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Assim, a LDB organiza os profissionais da educação separando-os em função docente e não-docente para professores e especialistas (pedagogos), respectivamente, embora estabeleça que para os cargos de gestão haja a necessidade da experiência docente.

⁶ Para maior esclarecimento acerca da aprovação da LDB de 1996, recomendamos a leitura de Saviani, 1997 e 2000.

A partir dessa legislação, as entidades e estudiosos da área reavivam os debates acerca da formação dos profissionais da educação a fim de construir uma proposta para as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, já que seria essa legislação a que efetivamente daria qual a especificidade do pedagogo e assim a finalidade da formação no curso de Pedagogia.

A ANFOPE, juntamente com o FORUMDIR⁷, CEDES⁸ e ANPEd⁹, entregaram ao Conselho Nacional de Educação sua proposta para as Diretrizes que, se não foi aceita na íntegra, teve muitos de seus elementos integrados ao texto final, em especial a concepção de docência como base da formação do pedagogo. Segundo as Diretrizes,

Entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. (...)

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e nas outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (CNE, 2005)

Dessa forma, com as Diretrizes, o curso de Pedagogia recuperou para si a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais, além das funções não docentes desse profissional, atendendo ao que os estudiosos da educação representados pela ANFOPE, FORUMDIR, ANPEd e CEDES vinham reivindicando.

O que queremos evidenciar, por outro lado, é a incoerência estabelecida entre essas duas legislações (LDB e Diretrizes), já que a primeira vai ao encontro de uma concepção que vê o pedagogo como especialista, frisando a separação entre o pedagogo/especialista do professor, enquanto a segunda elucida a concepção de pedagogo como profissional cuja tarefa não se limita à docência, mas cuja base está nela.

⁷ FORUMDIR – Fórum de Diretores das Faculdades / Centros de Educação das Universidades Públicas do Brasil.

⁸ CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade.

⁹ ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

O interessante desse movimento legal acerca dos cursos de Pedagogia é que a LDB não alterou o rumo daqueles cursos de Pedagogia que vinham discutindo e implementando novas propostas curriculares, mesmo porque já explicitava que as determinações específicas viriam das Diretrizes para o curso. Já as Diretrizes forçam os cursos que ainda não atendem às especificações para o curso de Pedagogia, a elaborarem novo projeto político pedagógico, obedecendo ao que está contido na Resolução das Diretrizes no prazo máximo de 1(um) ano, a contar desde a data de publicação da Resolução. Isso torna a adequação e materialização de um bom curso um tanto quanto complexa, tendo em vista a não preparação das IES para o oferecimento de um curso nos moldes propostos.

No caso do Curso de Pedagogia da Unicamp, as diretrizes vieram reforçar as concepções defendidas e implementadas no Curso, desde a reforma curricular de 1997, que propôs uma configuração curricular inovadora e audaciosa, rompendo com as habilitações ainda vigentes naquele período.

2. CURSO DE PEDAGOGIA DA FE-UNICAMP

Em 05 de outubro de 1973, o Prof. Marconi Freire Montezuma, responsável pelo Departamento de Educação, expediu um ofício de nº 147/73 ao Reitor, Zeferino Vaz, solicitando autorização para a instalação e funcionamento do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp, salientando a importância do referido curso para a formação de especialistas para a educação. (Coutinho,2002: 70)

Ao que tudo indica sua solicitação e justificativa surtiram efeito, pois o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp começou a funcionar em 1974 com a finalidade de formar especialistas para a educação.

No momento de sua criação, o curso foi organizado em três habilitações: Orientação Educacional, Administração Escolar e Supervisão Escolar, não constando a habilitação para o magistério nesta primeira fase do curso.

A habilitação para o magistério não consta dos catálogos de graduação de 1974, 1975 e 1976; no entanto, o catálogo de 1976 afirmava que o licenciado em Pedagogia poderia atuar no magistério de primeiro e segundo graus e, ainda, como docente Universitário. Esta habilitação de magistério (da Escola Normal que habilitava o graduado a lecionar as disciplinas e atividades práticas da Escola Normal) só esteve presente como tal a partir do catálogo de 1977, que afirmava, ainda, que o licenciado poderia atuar no ensino de primeiro e segundo graus.

O reconhecimento do referido curso veio em 03 de outubro de 1977, quando foi publicado no Diário Oficial da União sob o Decreto 80.480. De acordo com este Decreto, o curso poderia ser organizado em quatro habilitações: Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 2º Grau.

Dessa forma, nos catálogos subseqüentes, ao invés da habilitação de Magistério da Escola Normal, consta a de Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de Segundo Grau, em que além da docência nos anos iniciais de escolarização, era possibilitado aos habilitados o magistério das disciplinas e atividades práticas especializadas.

O currículo, nestes primeiros anos, era organizado em dois blocos: um núcleo comum a todas as habilitações e um específico a cada habilitação escolhida, sendo permitido a conclusão de no mínimo uma e no máximo duas habilitações.

Nesta primeira fase do curso, o estágio acontecia no segundo bloco e de acordo com a habilitação específica.

O curso passou por várias reformas, em que se destacaram: a relação teoria-prática e as habilitações propostas (reformulação de 1979); ampliação e diversificação da didática na formação do pedagogo, bem como a ampliação da carga horária de estágios (reformulação de 1984); a obrigatoriedade da formação para o magistério nas séries iniciais, a pesquisa como eixo de formação, a criação do curso noturno (reformulação de 1992); a docência como base da formação, a formação teórica sólida e interdisciplinar, não fragmentada em habilitações, o eixo da pesquisa, a criação dos núcleos temáticos, a organização curricular por módulos bimestrais; o compromisso ético e político com a escola pública (reformulação de 1997).

Pode-se notar que o currículo atual, implementado em 1997, é fruto de uma discussão pautada pelos indicativos do Movimento dos Educadores organizado pela ANFOPE, ANPEd, CEDES, FÓRUMDIR, entre outros, em que a FE-Unicamp sempre se fez representar.

Tal currículo se materializava de forma inovadora e ousada não só pelos princípios que o orientam, mas, e principalmente, pela estrutura que apresenta como possibilidade para a implementação de tais princípios.

3. AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE PEDAGOGIA E AS DEMANDAS PARA O ATUAL CURRÍCULO

A recente publicação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (maio de 2006) trouxe a necessidade premente de revermos alguns dos aspectos do nosso currículo, notadamente os estágios, as distintas práticas de formação e a carga horária do curso. É importante salientar que, embora as diretrizes carreguem em seu bojo as contradições e conflitos de interesses que marcam as políticas educacionais no Brasil – como é de se esperar -, elas representam um relevante avanço nas perspectivas de formação do pedagogo, na medida em que:

- assumem a docência como base da formação do pedagogo;
- propõem uma formação integrada e multidisciplinar, não fragmentada em habilitações;
- incorporam a gestão como componente central da formação;
- ampliam a perspectiva de formação para além da visão disciplinar;
- destacam a centralidade da pesquisa e do estágio curricular;
- ampliam a carga horária para a formação em Pedagogia, o que implica em no mínimo 4 anos para a realização dessa formação.

Em certa medida, as diretrizes vieram na mesma direção já apontada pelo currículo da Pedagogia, e certamente a participação da FE em seu processo de discussão, em conjunto com a ANFOPE, ANPEd, CEDES E FORUMDIR, foi importante para a consolidação dos princípios elencados.

Passados, porém, 10 anos de formação com base no atual currículo, alguns elementos foram consolidados, assim como outros mereceram rediscussão e aperfeiçoamento: o eixo da pesquisa, os estágios curriculares, os núcleos temáticos, a grade curricular “fechada”. Esses aspectos vinham sendo recorrentemente apontados em nossos momentos de avaliação semestral – assembleias e avaliações individuais -, bem como nas discussões que se realizavam na Comissão de Pedagogia e nos Departamentos.

Propusemo-nos, então, a tarefa de repensar o currículo de Pedagogia, não apenas na direção do atendimento às exigências legais, mas da possibilidade de aperfeiçoarmos nossas propostas e práticas. A partir das discussões realizadas nos Seminários de Pedagogia e Seminários de Estágio no decorrer do ano de 2006, passamos a analisar o currículo a partir dos princípios já delineados e assumidos, porém destacando os seguintes aspectos:

- o eixo da pesquisa e da prática – unidade teoria-prática;
- o estágio supervisionado;
- os núcleos temáticos;
- a ampliação das práticas de formação;
- perspectiva multidisciplinar e de trabalho coletivo;
- o compromisso social e ético;
- o tempo necessário para a formação do pedagogo.

Ainda a partir dos seminários, foram sendo delineados os elementos que orientariam a reorganização do currículo de Pedagogia:

- eixo pesquisa – prática desde o primeiro semestre do curso;
- a abertura, no currículo, para experiências não disciplinares de formação;
- a reformulação dos núcleos temáticos, mantendo-se o princípio da interdisciplinaridade;
- estágio curricular:
 1. estágios que contemplem o ensino, bem como a vivência da escola em sua totalidade, em que se inclui a gestão democrática, o projeto político pedagógico e outras dimensões do cotidiano escolar;
 2. estágio que contemple a educação infantil, as séries iniciais do ensino fundamental, a educação de jovens e adultos, bem como os espaços e experiências de educação não-escolar e não-formal;
 3. a necessidade de elaboração de um projeto de estágio que possibilite o estabelecimento de convênios com as redes públicas e que não seja dependente de iniciativas individuais, quer seja do professor, quer seja do aluno. Nesta perspectiva, é importante que as escolas conveniadas participem da construção de uma proposta

de estágio, e que se estabeleça uma relação de reciprocidade entre as mesmas e a FE;

4. o estágio como projeto da Faculdade de Educação como um todo, assumido por todos os departamentos.
 5. estágio curricular a partir do 5º semestre do curso, que permita a imersão do aluno nos contextos acima mencionados.
- a duração do curso, nos períodos diurno e noturno;
 - a organização, periodização, nomenclatura e ementas das disciplinas.

A partir de ampla discussão das questões propostas, apresenta-se a seguir o Projeto de Reformulação do Currículo de Pedagogia.

4. PROPOSTA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

4.1) Perfil Do Profissional

Licenciado: O percurso de formação do licenciado em Pedagogia objetiva qualificação para o trabalho em instituições educativas para atuar no magistério na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, disciplinas pedagógicas de cursos de formação em nível médio e Educação Especial, na gestão pedagógica e educacional, no âmbito escolar e institucional. Qualifica também para o trabalho em instituições não-escolares e não formais. Faz parte dessa formação profissional a experiência investigativa, bem como de reflexão acerca de aspectos políticos e culturais da ação educativa.

Reconhecimento

Decreto Federal nº 080480, de 03/10/1977, ratificado pela Portaria MEC nº 001790, de 22/12/1993. Renovado pela Portaria CEE/GP Nº 000102, de 30/03/2006.

4.2) Integralização

Para graduar-se neste curso, o aluno deverá perfazer o total de 231 créditos (3.465 horas).

O curso poderá ser integralizado em 08 semestres no Curso Diurno, em período integral, e em 10 semestres no Curso Noturno, conforme sugestão da unidade para o cumprimento do currículo pleno.

Os limites para integralização do Curso ficam assim estabelecidos:

<u>Pedagogia Diurno:</u>	<u>Pedagogia Noturno:</u>
Mínimo: 8 semestres	Mínimo: 10 semestres
Máximo: 12 semestres	Máximo: 15 semestres

Total: 231 créditos (3465 horas), sendo:

- 196 créditos em disciplinas teórico-práticas (2940 horas);
- 28 créditos em estágio (420 horas);
- 07 créditos em práticas curriculares (105 horas)

Limite de Créditos para matrícula semestral:

Diurno: Máximo de 40 créditos.

Noturno: Máximo de 32 créditos

Pré-requisitos: não haverá pré-requisitos para as disciplinas do currículo, objetivando-se conferir maior flexibilidade e autonomia ao aluno na escolha das disciplinas.

Para matricular-se nas disciplinas de Estágio, o aluno deverá ter cumprido o equivalente a 30% das disciplinas do Curso (AA430).

4.3) Conhecimentos Teóricos e Práticos e compromissos esperados para o profissional pedagogo

a) capacidade de entender os novos parâmetros da cultura como atividade humana, como prática de produção e de criação;

b) compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal e as condições de desenvolvimento da criança de 0 a 10 anos;

c) compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica;

d) identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta, que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos movimentos sociais;

e) equacionar os fundamentos das políticas públicas, em especial no campo educacional e, a partir deles, intervir nas diferentes instâncias – em nível dos sistemas municipal, estadual e federal – em condições de propor/alterar/contrapor políticas educacionais, pedagógicas e curriculares que busquem a eliminação da discriminação e a seletividade que hoje impedem o acesso e o direito à educação;

f) buscar articuladores que garantam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico, tendo parâmetros claros que orientem a tomada de decisão em relação à seleção, organização e seqüência dos conteúdos curriculares que superem a forma atual de organização da escola e do currículo;

g) vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar na ação pedagógica, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;

h) implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;

i) assumir o compromisso com a educação pública de qualidade, para todos;

j) assumir o compromisso de transformar a educação e as condições sociais sobre as quais ela se dá, tendo como norte a transformação da sociedade.

4.4) PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROPOSTA CURRICULAR

a) **Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação**, independente do campo de atuação futura.

b) **Formação teórica sólida, interdisciplinar e articulada**, permitindo a compreensão da educação em todas as suas dimensões, de modo a responder às exigências da realidade atual em relação à educação – escolar e não escolar – e também às necessidades e problemas sociais e às demandas da escola pública. A busca pela formação teórica sólida, neste momento histórico, encaminha para uma formação que demanda um tempo mínimo de 4 anos, como indicam as diretrizes curriculares, e implica assumir posição contrária às propostas vigentes de aligeiramento e formação à distância.

c) **Pesquisa como eixo de formação**. O eixo da pesquisa não somente se evidencia em disciplinas específicas como Pesquisa e Prática Pedagógica, Metodologia de Pesquisa em Ciências da Educação e Trabalho de Conclusão de Curso, mas perpassa a discussão e produção de conhecimento em todas as disciplinas do Currículo.

- d) **As práticas e o Estágio como eixos de formação / articulação**, entendidos a partir da perspectiva de indissociabilidade teoria-prática, que permite constante diálogo, construção, elaboração e ressignificação dos elementos teóricos, bem como das experiências advindas da prática. O estágio, proposto a partir da metade do Curso, não tem caráter meramente ilustrativo, mas pressupõe imersão nos contextos educativos, em projetos articulados.
- e) **Trabalho partilhado/coletivo** – que envolva os docentes do curso em discussões coletivizadas e articuladas, a partir da Pesquisa e Prática Pedagógica, dos Seminários de Integração Curricular e dos Estágios.
- f) **Possibilidade de ampliação e aprofundamento de conhecimentos**, quer seja nos Seminários Eletivos oferecidos no final do Curso, quer seja nas disciplinas eletivas, em que se busca a abertura do currículo para outros institutos / faculdades da Unicamp.
- g) **Reconhecimento de experiências não disciplinares** como elementos curriculares altamente relevantes para a formação do pedagogo, por meio das Práticas Curriculares.

5. DISCIPLINAS E GRADE CURRICULAR

Núcleo Comum ao Curso (disciplinas obrigatórias)

EP107 Introdução à Pedagogia – Organização do trabalho pedagógico
EP110 História da Educação I
EP128 Psicologia I
EP129 Psicologia II
EP130 Filosofia da Educação I
EP139 Pedagogia da Educação Infantil
EP140 Sociologia Geral
EP142 Educação e Antropologia Cultural
EP144 Metodologia de Pesq. em Ciências da Educação
EP146 Educação e Tecnologias
EP147 Práticas Curriculares
EP152 Didática – Teoria Pedagógica
EP153 Metodologia do Ensino Fundamental
EP158 Educação, Corpo e Arte
EP162 Escola e Currículo
EP165 Política Educacional: Organização da Educação Brasileira
EP164 Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar
EP210 História da Educação II
EP226 Psicologia e Educação
EP230 Filosofia da Educação II
EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I
EP316 Pesquisa e Prática Pedagógica II
EP317 Pesquisa e Prática Pedagógica III
EP330 Filosofia da Educação III
EP340 Sociologia da Educação I
EP347 Educação, Cultura e Linguagens
EP348 Educação Especial e Inclusão
EP372 Avaliação Educacional
EP376 Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos iniciais do Ensino Fundamental
EP377 Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar
EP412 História da Educação III
EP445 Sociologia da Educação II
EP471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita
EP472 Escola e Conhecimento de História e Geografia
EP473 Escola e Cultura Matemática
EP474 Escola e Conhecimento em Ciências Naturais
EP529 Educação de Surdos e Língua de Sinais
EP566 Seminário de Integração Curricular I
EP567 Seminário de Integração Curricular II
EP568 Seminário de Integração Curricular III
EP790 Políticas de Educação Infantil
EP808 Trabalho de Conclusão de Curso I
EP809 Trabalho de Conclusão de Curso II
EP887 Educação Não-formal
EP910 Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar
EP911 Estágio Supervisionado II – Anos Iniciais do Ensino Fundamental
EP912 Estágio Supervisionado III – Educação Infantil
EP913 Estágio Supervisionado IV – Educação Infantil
EP914 Estágio Supervisionado V – Educação não-formal

Seminários Eletivos:

O aluno deverá cursar, obrigatoriamente, um dos Seminários:

- EP810 Seminário de Educação Especial
- EP811 Seminário de Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar
- EP812 Seminário de Pesquisa em História da África
- EP813 Seminário de Pesquisa em História Indígena
- EP814 Seminário de Educação, Cultura e Artes
- EP815 Seminário de Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil

Disciplinas Eletivas

O aluno deverá cumprir obrigatoriamente **12 créditos** entre as disciplinas eletivas oferecidas pela FE, ou quaisquer disciplinas da Unicamp.

- EP125 Psicologia e Ensino
- EP132 Educação, Democracia, Cidadania e Direitos Humanos
- EP161 Movimentos Sociais e Gestão
- EP166 Escolarização, cultura e práticas escolares
- EP167 Corpo, arte e produção de conhecimento
- EP168 Tópicos especiais em educação, conhecimento, linguagem e arte
- EP170 História das Políticas Educacionais
- EP171 Educação e Cidadania
- EP172 Organização do Trabalho Cotidiano da Sala de Aula
- EP173 Elaboração de Material Didático
- EP174 Olhando a Produção do Aluno
- EP175 Cultura Escrita, Leitura e Sociedade
- EP176 A Família, a Lei, a Escola
- EP177 O Saber Histórico e Geográfico e suas Dimensões Educacionais
- EP178 Questões de Desenvolvimento e Linguagem
- EP179 Educação Estética, Cultural e Política
- EP204 Introdução à Pedagogia II
- EP207 Teoria Social
- EP223 Psicologia Genética
- EP225 Psicodrama Pedagógico
- EP240 Educação e Transformação Social
- EP243 Antropologia da Educação
- EP252 Metodologia da Pesquisa Educacional e Aplicações Estatísticas
- EP304 Oficina sobre Direitos Humanos e Cidadania
- EP318 História da Educação Infantil
- EP320 Aprendizagem e Informática na Educação I
- EP325 Jogos Dramáticos na Pré-Escola
- EP331 Antropologia Filosófica
- EP333 Antropologia Filosófica e Pedagogia
- EP343 Comunicação e Educação
- EP355 Metodologia, Ciência e Sociedade
- EP356 Literatura e Educação
- EP357 Alfabetização: A Produção Social da Escrita
- EP363 Economia da Educação
- EP364 Legislação do Ensino
- EP366 Comportamento Humano nas Organizações
- EP368 Educação, Saúde e Trabalho
- EP402 Educação Física e Recreativa do Pré-Escolar
- EP406 Seminário Interdisciplinar em Educação Infantil
- EP407 Educação e Sexualidade Humana
- EP408 Imagens do Outro: Educação, Cultura e Alteridade
- EP409 Ética e Diversidade
- EP413 O desafio das diferenças na escola
- EP420 Aprendizagem e Informática na Educação II

EP422 Psicologia da Personalidade
EP427 Pensamento, Linguagem e Desenvolvimento Humano I
EP441 Sociologia da Educação - Trabalho
EP444 Teorias Políticas e Educação
EP446 Direito à Infância e Educação
EP464 Administração Educacional e Ideologia
EP465 Desenvolvimento Organizacional
EP467 Tópicos Especiais em Administração Escolar
EP503 Língua(gem), Poder e Práticas Educacionais
EP504 Educação, Tecnologia e Sociedade
EP506 Pedagogia da Imagem
EP507 Fracasso Escolar
EP509 Ambientes Educacionais Virtuais
EP511 Tópicos Especiais em História da Educação
EP515 Filosofia da Educação Anarquista
EP519 Desenvolvimento Emocional da Criança Deficiente
EP521 Tópicos Especiais em Psicologia da Educação
EP524 Psicomotricidade
EP525 Psicologia Social da Educação
EP527 Aprendizagem e Educação Especial
EP531 Tópicos Especiais em Filosofia da Educação
EP532 Filosofia da Educação - Cultura e Valores
EP550 Planejamento de Ensino
EP551 Tópicos Especiais em Didática
EP554 Educação da Saúde no 1o. e 2o. Graus
EP562 Seminários de Administração Educacional
EP563 Seminários de Supervisão Educacional
EP600 Seminários Sobre Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)
EP601 Ensinar, Aprender e Avaliar: As TICs nas salas de aula
EP602 Aspectos da Comunicação na rede Internet
EP603 História, Política e Educação
EP604 Filosofia da Cultura
EP606 História e Educação Pública
EP607 Educação, Filosofia e Sociedade
EP608 Ética e Educação
EP609 Família: Diferenciação Sócio-Cultural e Representação
EP625 Psicologia do Trabalho
EP626 Tópicos Especiais em Psicologia da Educação I
EP631 Teorias da Educação
EP632 Filosofia das Ciências Humanas
EP641 Educação e Ideologia
EP644 Questões Atuais da Política Educacional
EP650 Avaliação do Ensino e da Aprendizagem
EP711 Evolução Política Educacional Brasileira
EP721 Psicologia da Motivação
EP722 Tópicos Especiais em Psicologia do Deficiente Mental II
EP732 Epistemologia das Ciências da Educação
EP742 Prática Pedagógica em Instituições Sociais Não Escolares
EP743 Análise sócio-política e pensamento pedagógico brasileiro
EP756 Pesquisa em Metodologia de Ensino I
EP802 Seminário sobre Criatividade Infantil
EP803 Tópicos Especiais em Educação Pré-Escolar
EP807 Atividades Livres
EP816 Educação Estatística
EP842 Tópicos Especiais em Ciências Sociais aplicadas à Educação
EP843 Deficiência Mental e Família
EP844 Educação e Populações Rurais
EP854 Tópicos Especiais em Alfabetização
EP856 Pesquisa em Metodologia de Ensino II
EP885 Alfabetização de Adultos

EP886 Educação de Adultos
EP992 Movimentos Sociais e Educação
EP993 Educação Sindical
EP994 Política Educacional

Pesquisa e Prática Pedagógica I, II, III

As disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica serão sempre assumidas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas do semestre de oferta, que organizarão, a partir dos conteúdos que trabalham, formas de debate e trabalho interdisciplinar para serem desenvolvidos na PPP, vinculando esse debate com a pesquisa nessas áreas. Seu caráter é mais flexível, permitindo que se proponham distintas modulações em sua organização. A PPP abre espaço no currículo para o trabalho interdisciplinar entre os distintos campos de conhecimento, tendo em vista sua apropriação na construção das Ciências da Educação.

Seminário de Integração Curricular I, II, III

Os Seminários de Integração Curricular I, II e III apresentam-se como momentos privilegiados e significativos no desenvolvimento da grade curricular, tempo e espaço que permitirão aos alunos a construção da integração dos seus conhecimentos desenvolvidos nos vários campos disciplinares, tendo em vista sua contribuição à construção e compreensão das Ciências da Educação. Assim pensados, eles se constituirão na formação dos estudantes como momentos de síntese, espaços essenciais para a problematização da Educação.

Práticas Curriculares

As Práticas Curriculares são atividades de formação que ocorrem fora do âmbito da sala de aula e dos estágios supervisionados; representam outras experiências formadoras, que são igualmente importantes para o desenvolvimento profissional do aluno. Entre essas práticas, encontram-se: participação em Congressos, Seminários, Simpósios, Colóquios, Mesas Redondas; audiência de defesas de dissertação ou tese; trabalhos de Iniciação Científica; monitorias; estágios extracurriculares; participação em grupos de pesquisa da FE; apresentação de trabalhos em eventos científicos; representação estudantil; participação em atividades culturais no âmbito da FE e da Unicamp.

Estágio Curricular

O estágio curricular, que ocorre a partir do 5º semestre do curso, visa proporcionar ao aluno imersão / vivência em distintos campos de estágio, na dimensão da docência e da gestão democrática, em espaços formais (creche, pré-escola, anos iniciais do Ensino Fundamental e educação de adultos) e não formais. A data de início do estágio não seguirá, obrigatoriamente, o calendário acadêmico da Unicamp, e sim o calendário das escolas, desde o período de planejamento, que antecede o período letivo.

Trabalho De Conclusão De Curso I e II

A pesquisa, como componente da identidade do pedagogo, está presente na grade curricular de graduação em Pedagogia desde o primeiro semestre do curso, perpassando todo o período dessa formação. Ao final do Curso, como resultado de um processo de construção de conhecimentos e perspectivas investigativas, o aluno realiza o Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de monografia, de caráter teórico, de campo ou memorial de formação, sob orientação de um professor da Faculdade. Por meio do orientador, o aluno vincula-se aos grupos e áreas de pesquisa da Pós-graduação. Os TCCs produzidos, incorporados ao acervo da biblioteca da Faculdade de Educação, são disponibilizados a todos os usuários desse setor por meios convencionais e virtuais.

GRADE DE PEDAGOGIA - DIURNO

Sem.	Disciplina	C. H. semanal		
		T	P	O
1	EP107 Introdução à Pedagogia – Org. do trabalho pedagógico	4		
	EP130 Filosofia da Educação I	4		
	EP110 História da Educação I	4		
	EP140 Sociologia Geral	4		
	EP142 Educação e Antropologia Cultural	4		
	EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I	1	1	
2	EP230 Filosofia da Educação II	4		
	EP128 Psicologia I	4		
	EP210 História da Educação II	4		
	EP340 Sociologia da Educação I	4		
	EP347 Educação, Cultura e Linguagens	2	2	
	EP316 Pesquisa e Prática Pedagógica II	1	1	
3	EP129 Psicologia II	4		
	EP165 Política Educacional: Organização da Ed. Brasileira	4	2	
	EP152 Didática – Teoria Pedagógica	4	2	
	EP412 História da Educação III	4		
	EP330 Filosofia da Educação III	4		
	EP317 Pesquisa e Prática Pedagógica III	1	1	
4	EP153 Metodologia do Ensino Fundamental	4	2	
	EP226 Psicologia e Educação	4		
	EP445 Sociologia da Educação II	4		
	EP164 Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar	4	2	
	EP158 Educação, Corpo e Arte	4	2	
	EP566 Seminário de Integração Curricular I	2		
5	ELETIVA	4		
	EP471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita	4	2	
	EP473 Escola e Cultura Matemática	4	2	
	EP472 Escola e Conhecimento de História e Geografia	4	2	
	EP474 Escola e Conhecimento em Ciências Naturais	4	2	
	EP376 Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos iniciais do EF	2	4	
6	EP910 Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar		4	2
	EP790 Políticas de Educação Infantil	4		
	EP144 Metodologia de Pesq. em Ciências da Educação	4	2	
	EP372 Avaliação Educacional	2		
	EP567 Seminário de Integração Curricular II	2		
	EP377 Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	2	4	
ELETIVA	EP911 Estágio Supervisionado II – Anos Iniciais do EF		4	2
	ELETIVA	4		

Sem.	Disciplina	C. H. semanal		
		T	P	O
7	EP139 Pedagogia da Educação Infantil	4		
	EP348 Educação Especial e Inclusão	4		
	EP162 Escola e Currículo	4		
	EP146 Educação e Tecnologias	2	2	
	EP912 Estágio Supervisionado III - Educação Infantil		6	2
	EP808 TCC I			4
	EP147 Práticas Curriculares		7	
	ELETIVA	4		
8	EP887 Educação não-formal	2	2	
	EP529 Educação de Surdos e Língua de Sinais	2	2	
	EP913 Estágio Supervisionado IV- Educação Infantil		3	1
	EP914 Estágio Supervisionado V - Educação não-formal		3	1
	EP568 Seminário de Integração Curricular III	2		
	EP809 TCC II			4
		ELETIVA*	2	

*** O aluno deverá escolher, obrigatoriamente, um destes seminários optativos.**

- EP810 Seminário de Educação Especial
- EP811 Seminário de Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar
- EP812 Seminário de Pesquisa em História da África
- EP813 Seminário de Pesquisa em História Indígena
- EP814 Seminário de Educação, Cultura e Artes
- EP815 Seminário de Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil

12 créditos em disciplinas eletivas – qualquer código de disciplinas da Unicamp
07 créditos em práticas curriculares – EP147

GRADE DE PEDAGOGIA - NOTURNO

Sem.	Disciplina	C. H. semanal		
		T	P	O
1	EP107 Introdução à Pedagogia – Org. do trabalho pedagógico	4		
	EP130 Filosofia da Educação I	4		
	EP110 História da Educação I	4		
	EP140 Sociologia Geral	4		
	EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I	1	1	
2	EP230 Filosofia da Educação II	4		
	EP128 Psicologia I	4		
	EP210 História da Educação II	4		
	EP142 Educação e Antropologia Cultural	4		
	EP316 Pesquisa e Prática Pedagógica II	1	1	
3	EP340 Sociologia da Educação I	4		
	EP152 Didática – Teoria Pedagógica	4	2	
	EP129 Psicologia II	4		
	EP347 Educação, Cultura e Linguagens	2	2	
	EP317 Pesquisa e Prática Pedagógica III	1	1	
	ELETIVA	4		
4	EP153 Metodologia do Ensino Fundamental	4	2	
	EP412 História da Educação III	4		
	EP165 Política Educacional: Organização da Ed. Brasileira	4	2	
	EP330 Filosofia da Educação III	4		
	EP566 Seminário de Integração Curricular I	2		
5	EP471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita	4	2	
	EP472 Escola e Conhecimento de História e Geografia	4	2	
	EP164 Organização do Trabalho pedagógico e gestão escolar	4	2	
	EP376 Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do EF	2	4	
	EP910 Estágio Supervisionado I - Gestão Escolar		4	2
6	EP473 Escola e Cultura Matemática	4	2	
	EP474 Escola e Conhecimento em Ciências Naturais	4	2	
	EP158 Educação, Corpo e Arte	4	2	
	EP377 Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão escolar	2	4	
	EP911 Estágio Supervisionado II - Anos Iniciais do EF		4	2
7	EP790 Políticas de Educação Infantil	4		
	EP445 Sociologia da Educação II	4		
	EP226 Psicologia e Educação	4		
	EP912 Estágio Supervisionado III - Educação Infantil		6	2
	ELETIVA	4		
8	EP144 Metodologia de Pesq. em Ciências da Educação	4	2	
	EP139 Pedagogia da Educação Infantil	4		
	EP146 Educação e Tecnologias	2	2	
	EP372 Avaliação Educacional	2		
	EP913 Estágio Supervisionado IV - Educação Infantil		3	1
	EP567 Seminário de Integração Curricular II	2		

Sem.	Disciplina	C. H. semanal		
		T	P	O
9	EP887 Educação não-formal	2	2	
	EP348 Educação Especial e Inclusão	4		
	EP162 Escola e Currículo	4		
	EP914 Estágio Supervisionado V - Educação não-formal		3	1
	EP808 TCC I			4
	EP147 Práticas Curriculares		7	
	ELETIVA	4		
10	EP529 Educação de Surdos e Língua de Sinais	2	2	
	EP568 Seminário de Integração Curricular III	2		
	EP809 TCCII			4
	ELETIVA*	2		

*** O aluno deverá escolher, obrigatoriamente, um destes seminários optativos.**

- EP810 Seminário de Educação Especial
- EP811 Seminário de Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar
- EP812 Seminário de Pesquisa em História da África
- EP813 Seminário de Pesquisa em História Indígena
- EP814 Seminário de Educação, Cultura e Artes
- EP815 Seminário de Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil

12 créditos em disciplinas eletivas – qualquer código de disciplinas da Unicamp
07 créditos em práticas curriculares – EP147

EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

<p>EP107 Introdução à Pedagogia – Organização do trabalho pedagógico Ementa: O objetivo das ciências da educação. O problema da unidade, especificidade e autonomia das ciências da educação. A educação como ponto de partida e de chegada dos estudos e das reflexões dos cientistas. A contribuição das ciências para a explicação e compreensão da educação. Contextualização histórica da Pedagogia no Brasil – o curso de Pedagogia da Unicamp.</p>
<p>EP110 História da Educação I Ementa: Introdução à História da Educação. Bases epistemológicas, metodológicas e teóricas da História e História da Educação. Fundamentos da História da Educação e da Pedagogia: na antiguidade, na modernidade e na contemporaneidade.</p>
<p>EP128 Psicologia I Ementa: Contribuições das perspectivas teóricas comportamental e psicanalítica para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento e suas implicações para o contexto educativo.</p>
<p>EP129 Psicologia II Ementa: Contribuições das perspectivas teóricas cognitiva e histórico-cultural para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento e suas implicações para o contexto educativo.</p>
<p>EP130 Filosofia da Educação I Ementa: Introdução à Filosofia mediante sua caracterização em face de outras formas de conhecimento. Estudo de filósofos antigos que contribuíram significativamente para a reflexão sobre problemas pedagógicos ou que forneceram os fundamentos filosóficos da educação ocidental, entre eles: Sócrates, os sofistas, Platão e Aristóteles.</p>
<p>EP139 Pedagogia da Educação Infantil Ementa: Estuda as teorias e as práticas pedagógicas da educação infantil de caráter não obrigatório para as crianças de 0-6 anos de idade, na primeira etapa da educação básica. Assim como sua crítica numa abordagem das diferenças de classes, idade, gênero e etnia, analisa a formação docente e as condições de produção das culturas infantis. Estuda, numa perspectiva das ciências sociais, as instituições de educação infantil para a pequena infância constituída pelas famílias, crianças e professoras/es no âmbito da educação pública municipal.</p>
<p>EP140 Sociologia Geral Ementa: Estudo das Teorias Sociológicas Clássicas - Durkheim, Weber e Marx. Todos esses autores trouxeram para a sociologia temas fundamentais para o entendimento da formação e transformação da sociedade moderna por intermédio da interpretação e visão de mundo diversas.</p>
<p>EP142 Educação e Antropologia Cultural Ementa: O objetivo geral da disciplina é o diálogo entre antropologia e educação, buscando compreender uma possível cultura da infância e da família, as formas de construção dos modos de viver humanos e sua realidade enquanto processo e enquanto valor, que se revelam nas instituições básicas da vida social. Em discussão formas alternativas de culturas paralelas, diversidade e multiculturalidade, que permeiam diferentes espaços tais como: a escola, o trabalho, o lazer e outros.</p>
<p>EP144 Metodologia de Pesquisa em Ciências da Educação I Ementa: Introdução às questões epistemológicas, teóricas, técnicas e tecnológicas da produção científica na educação: os problemas contemporâneos da ciência, teorias e modos e linguagens da pesquisa. Prepara o aluno para, na área da educação, apreender o processo de produção do conhecimento, ler, avaliar e criticar pesquisas e formular projetos.</p>

<p>EP146 Educação e Tecnologias Ementa: Abordagem interdisciplinar, propondo-se o tratamento das tecnologias de comunicação e informação no ambiente educativo. Os alunos vivenciarão situações práticas que os levarão a refletir criticamente sobre o uso de tecnologias na educação.</p>
<p>EP147 Práticas Curriculares Ementa: Contempla a realização, pelo aluno, de algumas das seguintes atividades: participação em Congressos, Seminários, Simpósios, Colóquios, Mesas Redondas; audiência de defesas de dissertação ou tese; trabalhos de Iniciação Científica; monitorias; estágios extracurriculares; participação em grupos de pesquisa da FE; apresentação de trabalhos em eventos científicos; representação estudantil; participação em atividades culturais no âmbito da FE e da Unicamp.</p>
<p>EP152 Didática – Teoria Pedagógica Ementa: As características da instituição escolar no contexto socioeconômico cultural brasileiro: objetivos, finalidades, organização, política educacional, recursos humanos e materiais. As diferentes formas de ensino como planos de organização e processos de interação. Identificação e análise de estratégias de ensino, da natureza dos conteúdos e das formas de avaliação em consonância com as características da clientela escolar.</p>
<p>EP153 Metodologia do Ensino Fundamental Ementa: Trabalho de campo orientado para o diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos na prática educativa das escolas públicas de ensino fundamental, procurando analisá-las no conjunto das determinações mais amplas a que estão submetidas. Numa perspectiva integrada da área de Magistério, propor reflexões a partir da prática das escolas, a serem encaminhadas para as metodologias específicas, visando à continuidade do trabalho.</p>
<p>EP158 Educação, Corpo e Arte Ementa: Esta disciplina, de caráter teórico-prático, visa introduzir os(as) alunos(as) às diferentes linguagens corporais e/ou artísticas em suas relações com o processo educacional.</p>
<p>EP162 Escola e Currículo Ementa: Determinações histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo; paradigmas técnico, prático e crítico e suas implicações para o processo de desenvolvimento curricular; pós-modernidade e suas implicações para o currículo escolar; perspectivas construtivista, pós-construtivista e sociointeracionista do currículo escolar; pressupostos sociofilosóficos de propostas curriculares de diferentes sistemas de educação, níveis de ensino e escolas; o currículo no cotidiano da escola pública.</p>
<p>EP165 Política Educacional: Organização da Educação Brasileira Ementa: Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: a política educacional no contexto das políticas públicas; organizações dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais; políticas educacionais e legislação de ensino; organização da educação básica e do ensino superior; impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação.</p>
<p>EP164 Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar Ementa: Fundamentos teóricos da Administração. Teorias da Administração e Gestão Educacional. Escola, Gestão e Projeto Político da escola. A organização do trabalho escolar: linguagem, tempo, espaço. Indivíduo e Organização.</p>
<p>EP210 História da Educação II Ementa: As bases da educação e da escola no Brasil no período colonial e no Império.</p>

<p>EP226 Psicologia e Educação Ementa: Contribuições da Psicologia para a análise de questões relativas ao contexto educativo com base em pesquisas e relatos de experiência.</p>
<p>EP230 Filosofia da Educação II Ementa: Estudo de filósofos e/ou correntes filosóficas medievais e modernas que mais significativamente contribuíram para a reflexão sobre problemas pedagógicos ou que forneceram os fundamentos filosóficos da educação ocidental: a patrística e a escolástica, o racionalismo, o empirismo, o iluminismo kantiano e a concepção educacional de Rousseau entre elas: Agostinho e a Patrística, Tomás de Aquino e a Escolástica, Comenius, o racionalismo (Descartes), o empirismo (Locke, Hume), a síntese kantiana e Rousseau.</p>
<p>EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I Ementa: Estudo de questões ligadas à educação e à escola, a partir das contribuições teóricas e da pesquisa em distintas áreas do conhecimento. Investigação e análise das práticas educativas.</p>
<p>EP316 Pesquisa e Prática Pedagógica II Ementa: Estudo de questões ligadas à educação e à escola, a partir das contribuições teóricas e da pesquisa em distintas áreas do conhecimento. Investigação e análise das práticas educativas.</p>
<p>EP317 Pesquisa e Prática Pedagógica III Ementa: Estudo de questões ligadas à educação e à escola, a partir das contribuições teóricas e da pesquisa em distintas áreas do conhecimento. Investigação e análise das práticas educativas.</p>
<p>EP330 Filosofia da Educação III Estudo de filósofos e/ou correntes filosóficas contemporâneas que mais significativamente contribuíram para a reflexão sobre problemas pedagógicos ou que forneceram os fundamentos filosóficos da educação ocidental, incluindo as concepções positivistas, marxistas e as teorias críticas.</p>
<p>EP340 Sociologia da Educação I Ementa: Interpreta as relações educação e sociedade e educação e Sociologia. Estudo das concepções teóricas sobre a educação no discurso sociológico dos autores clássicos das Ciências Sociais (Marx, Durkheim e Weber) e no discurso dos autores contemporâneos.</p>
<p>EP347 Educação, Cultura e Linguagens Ementa: Estudos sobre as diferentes linguagens verbais (fala e escrita), visuais (artes plásticas) e audiovisuais (cinema e televisão) que dão forma à Educação cultural e escolar, ao imaginário e à inteligência contemporâneas.</p>
<p>EP348 Educação Especial e Inclusão Ementa: O acesso ao conhecimento e aos ambientes sociais e escolares de alunos com deficiência e altas habilidades, diante da responsabilidade de se garantir o direito à Educação, como prescrição constitucional, no ensino básico e superior. A produção social da normalidade e da anormalidade. A constituição da Educação Especial e as propostas de escolarização das pessoas com deficiência, em diferentes momentos históricos.</p>
<p>EP372 Avaliação Educacional Ementa: A disciplina toma a escola como objeto de estudo, do ponto de vista de sua organização do trabalho pedagógico; insere a avaliação neste contexto e discute a função ideológica da escola e dos processos de avaliação. São examinados os vários níveis de avaliação – em sala de aula, institucional e de redes de ensino. Discutem-se novas abordagens para o trabalho pedagógico que permitam visualizar novas formas de avaliação.</p>

<p>EP376 Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos iniciais do Ensino Fundamental Planejamento, desenvolvimento e avaliação dos projetos de ensino envolvidos nas práticas educativas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Constitui espaço para tratamento interdisciplinar dos fundamentos oferecidos.</p>
<p>EP377 Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar Ementa: Acompanhamento e análise do processo de planejamento escolar e educacional no âmbito da educação básica e suas modalidades, como fase decisiva da implementação da política e da administração da educação, levando em conta os fundamentos teóricos que embasam a organização da escola e do sistema educacional.</p>
<p>EP412 História da Educação III Ementa: Fundamentos históricos da educação e da escola no Brasil republicano. Problemas e perspectivas da educação contemporânea.</p>
<p>EP445 Sociologia da Educação II Ementa: Estudo da sociologia do conhecimento com o objetivo de, em termos teóricos, levar à compreensão da sociologia do currículo. Far-se-á o estudo das principais correntes sociológicas atuais, com destaque para a discussão do currículo relacionado com os contextos socioculturais e com as novas tecnologias do setor produtivo. Serão analisadas as contribuições dessas teorias nas relações entre escola e sociedade e no conhecimento escolar.</p>
<p>EP471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita Ementa: Conhecimentos da ordem da escrita, seus usos e objetos, discursos e lugares de produção, circulação, divulgação. Estudos sobre o ensino da língua escrita. Alfabetização e Letramento: conceitos e práticas.</p>
<p>EP472 Escola e Conhecimento de História e Geografia Ementa: Estudos sobre as questões de tempo e de espaço, como produções sócio-culturais, intimamente articuladas, historicamente datadas e inscritas nas culturas escolares, bem como extra-escolares.</p>
<p>EP473 Escola e Cultura Matemática Ementa: A disciplina pretende identificar, caracterizar e problematizar, de forma multidisciplinar e comparativa, os condicionamentos singulares que conformam as práticas escolares e não escolares que envolvem cultura matemática, visando à formação reflexiva e crítica do professor dos anos iniciais da educação básica.</p>
<p>EP474 Escola e Conhecimento em Ciências Naturais Ementa: Aspectos históricos do ensino de Ciências Naturais e da pesquisa na área. Concepção de Ciência, Ambiente, Tecnologia e Sociedade e suas relações, subjacentes aos principais modelos curriculares de ensino de Ciências. Reflexão sobre o ensino de Ciências Naturais com base nas diferentes visões do processo de aprendizagem e do processo de construção do conhecimento científico. Papel do ensino de Ciências no ensino fundamental e inter-relações com os demais componentes curriculares. Recursos e materiais didáticos para o ensino de Ciências Naturais. Ensino de Ciências como Educação Ambiental.</p>
<p>EP529 Educação de Surdos e Língua de Sinais Ementa: Estudo da história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas; a diferença entre linguagens e língua - implicações para se pensar os processos identitários; a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em suas singularidades lingüísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da língua(gem) e produções culturais; o campo e objetos do campo "Estudos Surdos em Educação" bem como suas relações com a Psicologia Educacional; as bases epistemológicas das divergências das diferentes formas de se entender a inclusão de pessoas surdas.</p>

<p>EP566 Seminário de Integração Curricular I Ementa: Problematização de questões de interesse para a Educação no cenário nacional contemporâneo, em uma perspectiva interdisciplinar e articulada.</p>
<p>EP567 Seminário de Integração Curricular II Ementa: Problematização de questões de interesse para a Educação no cenário nacional contemporâneo, em uma perspectiva interdisciplinar e articulada.</p>
<p>EP568 Seminário de Integração Curricular III Organização conjunta – Coordenação de Pedagogia e alunos concluintes do Curso, de encontros e seminários que permitam a socialização e compartilhamento das experiências de estágio e dos trabalhos desenvolvidos no TCC.</p>
<p>EP790 Políticas de Educação Infantil Ementa: Análise dos fundamentos políticos, econômicos e sociais da educação infantil, ou seja, do atendimento educacional em creches e pré-escolas de crianças de 0 a 6 anos. Conceitos de infância, família e suas historicidades. Funções da educação infantil. Políticas de atendimento à infância. Creches e pré-escolas. Relações entre educação infantil e ensino fundamental. Articulações dos equipamentos de atendimento a crianças de 0 a 6 anos com outras instituições.</p>
<p>EP808 Trabalho de Conclusão de Curso I Ementa: O aluno deverá iniciar trabalho de conclusão de curso, nos termos da deliberação da Congregação da FE, o qual será desenvolvido sob orientação de um docente da FE.</p>
<p>EP809 Trabalho de Conclusão de Curso II Ementa: O aluno deverá apresentar trabalho de conclusão de curso sob orientação de um docente da FE, nos termos da deliberação da Congregação da FE.</p>
<p>EP810 Seminário de Educação Especial Ementa: As distintas necessidades especiais e a produção da subjetividade. Perspectiva multidisciplinar para compreensão das necessidades especiais; formas de trabalho educativo e a atuação do pedagogo.</p>
<p>EP811 Seminário de Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar EMENTA: A disciplina propõe identificar, problematizar e analisar a literatura referente a pesquisas que focalizam a educação nas áreas do currículo escolar do Ensino Fundamental, visando contribuir à formação do professor dos anos iniciais da educação básica com um olhar crítico, reflexivo e propositivo para essa dimensão da pesquisa educacional.</p>
<p>EP812 Seminário de Pesquisa em História da África Ementa: Dimensão histórica da escravidão. Aspectos da história dos negros na África e contextos da escravidão no Brasil. Reflexos nas condições materiais e simbólicas de existência do negro na atualidade e em sua inserção nos contextos educativos.</p>

<p>EP813 Seminário de Pesquisa em História Indígena Ementa: Estudos sobre a história indígena no Brasil. Análise das condições materiais e simbólicas de existência das populações indígenas na atualidade e em sua inserção nos contextos educativos.</p>
<p>EP814 Seminário de Educação, Cultura e Artes Ementa: Abordagem de temas que articulem a Arte, em suas diferentes linguagens (dança, música, teatro e artes visuais), e a Educação como produções culturais.</p>
<p>EP815 Seminário de Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil Ementa: Contribuições da Psicologia para reflexão e análise acerca de temáticas ligadas às relações interpessoais no contexto das instituições educacionais.</p>
<p>EP887 Educação não-formal Ementa: A disciplina objetiva fornecer aos alunos uma visão teórico-prática sobre modos, formas e processos educacionais existentes na sociedade que contribuem para a formação crítica do profissional da área da Educação, especialmente em campos que dizem respeito à formação para a cidadania do indivíduo e grupos socioculturais.</p>
<p>EP910 Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar Ementa: Acompanhamento do processo de organização e administração da escola (educação básica e suas modalidades) enquanto unidade vinculada a um sistema de ensino, buscando o entendimento de seus problemas cotidianos e alternativas de solução baseadas nos fundamentos da política e da administração educacional.</p>
<p>EP911 Estágio Supervisionado II – Anos iniciais do Ensino Fundamental Ementa: Estágio junto às escolas de educação fundamental (anos iniciais), direcionado ao trabalho pedagógico, entendido na articulação entre a docência e a gestão escolar, observação e análise da sala de aula e sua articulação com os demais espaços da escola.</p>
<p>EP912 Estágio Supervisionado III – Educação Infantil Ementa: Estágio em Instituições Formais de Educação da 1ª etapa da educação básica: creches e pré escolas. Observação da (des)organização do tempo e do espaço físico, da relação criança-criança e da construção das culturas infantis e da relação adulto(professores, educadores)-criança e adulto-adulto(pais, professores e educadores).</p>
<p>EP913 Estágio Supervisionado IV – Educação Infantil Ementa: Estágio em Instituições Formais de Educação da 1ª etapa da educação básica: creches e pré escolas. Observação da (des)organização do tempo e do espaço físico, da relação criança-criança e da construção das culturas infantis e da relação adulto(professores, educadores)-criança e adulto-adulto(pais, professores e educadores).</p>
<p>EP914 Estágio Supervisionado V – Educação não-formal Ementa: Fornecer conhecimento teórico-prático para diferenciar entre a educação não-formal e a formal, permitindo que: 1 – percebam que o campo de trabalho do pedagogo é mais amplo do que da escola formal; 2 – se conscientizem de que a educação não formal tem propósitos: a) reformadores, contribuindo para o funcionamento da sociedade, b) transformadores, para formar uma atitude frente à realidade, buscando a transformação social, c) mesclando as duas atitudes ao realizar a educação; 3 – conhecendo propostas não formais de caráter formador.</p>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C. **Curso de Pedagogia da Unicamp: imagens da formação sob a ótica da prática profissional de seus formados.** Trabalho de Conclusão de Curso, Campinas: FE / Unicamp, 2004.
- ANFOPE. **I Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.** Avaliação da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, 1984. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope>. Acesso em 04/out/2005.
- _____. **VI Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação I.** Documento Final, 1992. (mimeo.).
- _____. **VII Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.** Documento final, 1994. (mimeo.).
- _____. **VIII Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.** Belo Horizonte, 1996. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope>. Acesso em 08 de janeiro de 2006.
- _____. **Por uma política global de formação dos profissionais da educação.** Artigo. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope>. Acesso em 08/mar/2004.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura - Resolução CNE/CP 1/2006.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006.
- BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores: Busca e movimento.** Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. **Tendências na formação de professores.** Texto de uma palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina em 22/05/95. Mimeo.
- COUTINHO, L. S. **Curso de pedagogia da Unicamp: Processo de reformulação curricular.** Trabalho de Conclusão de Curso, Campinas: FE- Unicamp, 2002.
- FREITAS, H C L. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios.** Campinas/SP: Papyrus, 1996.
- SCHEIBE, L; AGUIAR, M A. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão. **Educação e Sociedade.** 20, no. 68, 1999: CEDES.
- SILVA, C S B da. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade.** Campinas: Autores Associados, 2003.